

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**Um Audi e um visto dourado**

A “factura da sorte”, uma das bandeiras da política pimba deste governo, é uma subversão do princípio da ética fiscal

**João Pedro Martins**

A ganância que conduz os piratas fiscais a praticar a fraude, a evasão e outros subterfúgios de fuga aos impostos, é a mesma motivação que o governo usa para mobilizar os contribuintes para pedirem a “factura da sorte” sempre que vão às compras.

O Estado transformado num casino que oferece carros de alta cilindrada é um ato politicamente ignóbil e de enorme hipocrisia social, sobretudo em tempos de crise e profunda austeridade que fustiga os contribuintes com uma implacável carga tributária.

Uma factura pode valer um Audi de 35 mil euros, mas será que a dignidade dos contribuintes que pagam os seus impostos não merece mais do que isso?

Se em vez de nos acenarem com viaturas de luxo para nos porem a fiscalizar os restaurantes, cabeleireiros e oficinas, não seria preferível pagar a uma equipa de peritos para recuperar o dinheiro perdido em offshores do BPN e evitar a prescrição de muitas dívidas e crimes fiscais que só acontecem porque os infractores fazem parte de uma elite corrupta que capturou o Estado e o poder político?

Até admitiria que o governo cortasse o cordão umbilical da sua submissão germânica e adoptasse medidas populistas, depositando dinheiro vivo na con-

Factura pode valer Audi de 35 mil euros, mas será que a dignidade dos contribuintes não merece mais?

250 mil euros é o preço que um mafioso paga para se instalar na Europa através do offshore imobiliário

ta bancária dos contribuintes mais pobres e desmultiplicasse os prémios, sorteando vouchers-restaurantes para trocar por almoços à borla. Mas a oferta de carros pretos fabricados na Alemanha lança suspeitas sobre uma eventual contrapartida pela redução das frotas de alguns organismos públicos.

O governo oferece-nos limusinas, ao mesmo tempo que nos pede para sermos seus motoristas, incentivando o consumo e manipulando os contribuintes a pagar muitas facturas low-cost. Dar carros de luxo a quem mal tem dinheiro para comer, não é apenas um sinal de miopia política na redistribuição da riqueza proveniente dos impostos. É bullying aos contribuintes e uma deliberada cuspidela na cara de miséria dos eleitores.

Quando o Estado deixa de ter uma relação de confiança com a sociedade, passamos a ter um poder que se baseia na cleptocracia e negocia arbitrariamente com mercenários.

Um governo que tem dois pesos e duas medidas, só pode ser forte com os fracos e fraco com os fortes. Quem não consegue criar uma política de incentivos à compra de habitação própria, nem incrementar o mercado de arrendamen-

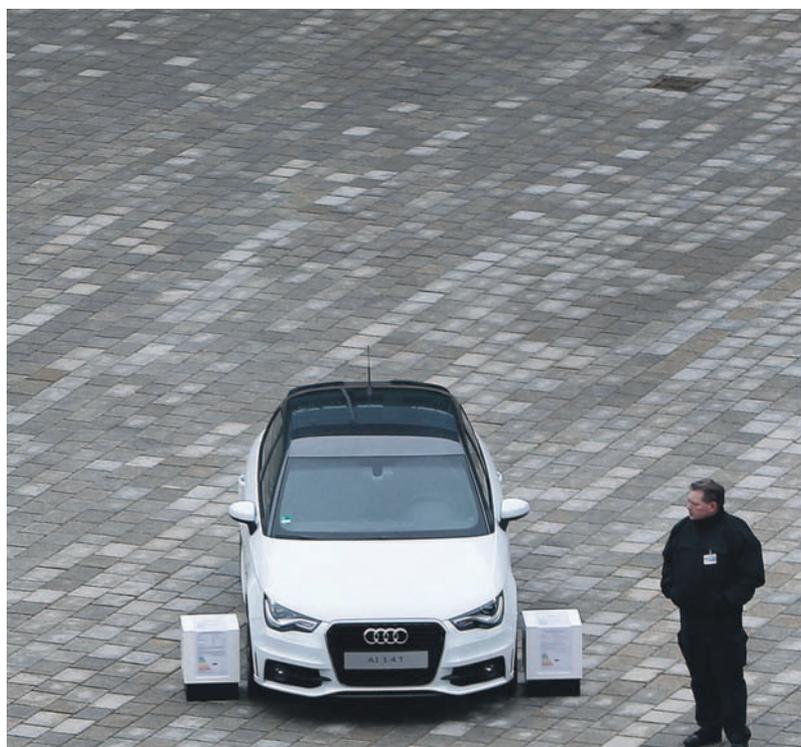
to, é capaz de oferecer vistos dourados a criminosos angolanos e chineses que vivem virtualmente em Portugal e que desta forma podem circular livremente na União Europeia. 250 mil euros é o preço de entrada que um mafioso paga para se instalar na Europa através do offshore imobiliário português. Mas qual é o custo social por termos prédios de luxo completamente desertos no centro de Lisboa?

Enquanto o governo aplica sucessivos cortes no rendimento dos pequenos contribuintes e aumenta a carga fiscal aos pensionistas, oferece isenção de impostos a cidadãos estrangeiros aposentados que emigrem para Portugal, transformando a nossa terra num paraíso fiscal para reformados da Europa.

Os contribuintes honestos têm o direito de exigir que os seus impostos sejam geridos por um governo que não nos faça pagar facturas de má sorte e transforme Portugal num franchising de piratas fiscais e de gente corrupta e mafiosa.



OBEGEF
Observatório de Economia e Gestão de Fraude

**Um sorteio imoral**

Michaëla Rehle / Reuters

SESSÕES CONTINUAS**LAURO ANTÓNIO***A flor e a foice*

Diz J. Rentes de Carvalho no seu “Portugal, A Flor e a Foice” que, quando estudava nas escolas portuguesas, da nossa História (quase) só saíam santos e milagres, tal a visão idílica que o Estado Novo procurava projectar nas gerações que então se formavam. Ao escrever “Portugal, A Flor e a Foice”, em 1975, na Holanda, para onde emigrou e se instalou, procurou oferecer da História de Portugal uma outra imagem, passando metade da obra a reverisar com um outro olhar os mitos correntes, para depois, na segunda metade, exercer um mesmo olhar crítico sobre o 25 de Abril e a Revolução portuguesa dele decorrente. O perigo dessa desmitificação é criar uma nova mitificação de sinal contrário. A nossa História (quase) não passaria então de um caudal de assassinos, tralufas e corruptos. Não deixa, no entanto, de ser saudável ler, numa prosa magnífica, esta visão amargurada e irascível de um Portugal madraço. Acontece que se poderia escrever o mesmo sobre qualquer povo e qualquer país (e de alguns nem sei mesmo o que dizer!). É salutar, creio eu, por vezes receber estas bofetadas de mão aberta, que nos alertam para esqueletos escondidos nos armários. Não tanto para se desanimar e desesperar por completo, mas para se ter a coragem de perceber a natureza humana e ver como a melhorar de alguma forma. Quanto aos dias da Revolução e ao seu subsequente desencanto, J. Rentes de Carvalho é muito ácido na análise, acusa mais de meio mundo de ter traído os ideais de Abril (o que já vem de trás, pois o mesmo faz em relação à – quase totalidade – da oposição ao Estado Novo). É uma visão, obviamente, não deixa de ter alguma razão, noutros pontos aproxima-se muito de um devaneio de um radicalismo de extrema-esquerda.

Mas o importante é ter-se finalmente “descoberto” em Portugal um magnífico escritor “português” que nos deu (no estrangeiro) romances e crónicas brilhantes durante vários decénios e que só agora, quando conta mais de oitenta anos, é que são editados de uma assentada entre nós. “Ernestina”, “A Amante Holandesa”, “La Coca”, “Os Lindos Braços da Júlia da Farmácia”, “Tempo Contado”, “Mazagram” ou “Mentiras e Diamantes”, para só citar os títulos que li, valem bem esta descoberta. J. Rentes de Carvalho é, indiscutivelmente, um dos grandes prosadores portugueses do século xx.

Escreve à sexta-feira